



Estratégia
Concursos

3º SIMULADO

TJRJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

PÓS-EDITAL

Simulado Especial

Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 - A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 8 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no portal do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK — <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-21-03>

01 - A B C D E
02 - A B C D E
03 - A B C D E
04 - A B C D E
05 - A B C D E
06 - A B C D E
07 - A B C D E
08 - A B C D E
09 - A B C D E
10 - A B C D E
11 - A B C D E
12 - A B C D E
13 - A B C D E
14 - A B C D E
15 - A B C D E
16 - A B C D E
17 - A B C D E
18 - A B C D E
19 - A B C D E
20 - A B C D E

21 - A B C D E
22 - A B C D E
23 - A B C D E
24 - A B C D E
25 - A B C D E
26 - A B C D E
27 - A B C D E
28 - A B C D E
29 - A B C D E
30 - A B C D E
31 - A B C D E
32 - A B C D E
33 - A B C D E
34 - A B C D E
35 - A B C D E
36 - A B C D E
37 - A B C D E
38 - A B C D E
39 - A B C D E
40 - A B C D E

41 - A B C D E
42 - A B C D E
43 - A B C D E
44 - A B C D E
45 - A B C D E
46 - A B C D E
47 - A B C D E
48 - A B C D E
49 - A B C D E
50 - A B C D E
51 - A B C D E
52 - A B C D E
53 - A B C D E
54 - A B C D E
55 - A B C D E
56 - A B C D E
57 - A B C D E
58 - A B C D E
59 - A B C D E
60 - A B C D E

PORTUGUÊS**TEXTO I**

Algo invisível chegou e colocou tudo no lugar. De repente os combustíveis baixaram, a poluição baixou, as pessoas passaram a ter tempo, tanto tempo que nem sabem o que fazer com ele, os pais estão com os filhos em família, o trabalho deixou de ser prioritário, as viagens e o lazer também. De súbito silenciosamente voltamos para dentro de nós próprios entendemos o valor da palavra solidariedade, amor, força, fé.

Num instante damos conta de que estamos todos no mesmo barco, ricos e pobres, que as prateleiras dos supermercados estão vazias e os hospitais cheios e que o dinheiro e os seguros de saúde que o dinheiro pagava não têm nenhuma importância porque os hospitais privados foram os primeiros a fechar.

Nas garagens ou nos estacionamentos estão parados igualmente os carros top de linha ou ferro velhos antigos simplesmente porque ninguém pode sair.

Bastou meia dúzia de dias para que o Universo estabelecesse a igualdade social que se dizia ser impossível de repor.

O MEDO invadiu a todos

Que ao menos isso sirva para nos darmos conta da vulnerabilidade do ser humano.

Não se esqueçam!

Bastou meia dúzia de dias!

Texto extraído de redes sociais no dia 18/03/2020, sobre a pandemia do coronavírus. Autor desconhecido

01. O objetivo central do texto é:

- a) argumentar que todos devemos agir contra o ser invisível que atormenta a sociedade mundial.
- b) descrever como seria a vida com a real igualdade social.
- c) narrar que o coronavírus pode ser combatido com boas práticas sociais.
- d) mostrar que o isolamento impositivo acabou gerando um possível equilíbrio social, mesmo que momentâneo.

e) posicionar-se a favor de uma igualdade social, pois todos têm acesso aos mesmos direitos, apesar dos governos atuais.

02. O texto tem um tom:

- a) crítico com certo negativismo em relação ao ser humano.
- b) de alento, diante de uma situação muito difícil à sociedade.
- c) sarcástico, embora com certo positivismo.
- d) contraditório, pois crítica e defende em posicionamento.
- e) realista e positivista, alegando a superioridade do ser humano perante a natureza.

03. Com preservação do sentido e da correção gramatical, admite-se a inserção de uma vírgula imediatamente após o seguinte termo, **exceto**:

- a) “Algo invisível chegou” (1º parágrafo)
- b) “De repente” (1º parágrafo)
- c) “De súbito” (1º parágrafo)
- d) “Num instante” (2º parágrafo)
- e) “não têm nenhuma importância” (2º parágrafo)

04. As últimas duas frases podem ser reescritas, mantendo-se a correção gramatical e a coerência, da seguinte forma:

- a) Não se esqueçam, conquanto bastasse meia dúzia de dias!
- b) Não se esqueçam: bastou meia dúzia de dias!
- c) Não se esqueçam que bastou meia dúzia de dias!
- d) Não esqueçam de que bastou meia dúzia de dias!
- e) Não se esqueçam; por conseguinte, bastou meia dúzia de dias!

05. A oração “que nem sabem o que fazer com ele” (1º parágrafo) apresenta o valor:

- a) condicional
- b) consecutivo
- c) causal
- d) concessivo
- e) conclusivo

06. A reescrita do 2º parágrafo com paralelismo sintático, com correção gramatical e preservação do sentido está na seguinte frase:

- a) Num instante damos conta de que estamos todos no mesmo barco, ricos e pobres de que as prateleiras dos supermercados estão vazias e os hospitais cheios e que o dinheiro e os seguros de saúde de que o dinheiro pagava não têm nenhuma importância porque os hospitais privados foram os primeiros a fechar.
- b) Num instante, damos conta de que estamos todos no mesmo barco, ricos e pobres, que as prateleiras dos supermercados estão vazias e os hospitais cheios e o dinheiro e os seguros de saúde que o dinheiro pagava não tem nenhuma importância porque os hospitais privados foram os primeiros a fechar.
- c) Num instante, damos conta de que estamos todos no mesmo barco - ricos e pobres-, de que as prateleiras dos supermercados estão vazias e os hospitais cheios e de que o dinheiro e os seguros de saúde os quais o dinheiro pagava não têm nenhuma importância, porquanto os hospitais privados foram os primeiros a fechar.
- d) Num instante damos conta de que estamos todos no mesmo barco - ricos e pobres, que as prateleiras dos supermercados estão vazias e os hospitais cheios e de que o dinheiro e os seguros de saúde que o dinheiro pagava não têm nenhuma importância portanto os hospitais privados foram os primeiros a fechar.
- e) Num instante, damos conta, que estamos todos no mesmo barco, ricos e pobres, que as prateleiras dos supermercados estão vazias e os hospitais cheios e que o dinheiro e os seguros de saúde de que o dinheiro pagava não têm nenhuma importância porque os hospitais privados foram os primeiros a fechar.

07. Marque a alternativa cujo termo sublinhado não seja empregado como complemento:

- a) "Algo invisível chegou e colocou tudo no lugar"
- b) "as pessoas passaram a ter tempo"
- c) "o que fazer com ele"
- d) "entendemos o valor da palavra solidariedade, amor, força, fé"
- e) "Bastou meia dúzia de dias"

TEXTO II



<https://www.brasil247.com/charges/charge-a-china-e-o-coronavirus>

08. Percebe-se que o texto II apresenta linguagem informal e isso fica evidente em:

- a) na caracterização dos chineses como "comedores de morcego".
- b) no emprego da palavra "xenofobia".
- c) na placa com a inscrição "A culpa é da China!".
- d) no emprego dos pronomes "Seu" e "te".
- e) no emprego da expressão "são duas as doenças".

09. A respeito do gênero do texto II, é correto afirmar:

- a) É um exemplo de texto verbal e literário.
- b) As charges não podem ser consideradas gêneros textuais, visto que a linguagem não verbal é predominante.
- c) Tem a simples intenção de divertir o leitor.
- d) As charges são poderosos veículos de comunicação, constituindo um gênero que alia a força das palavras a imagens e crítica social.
- e) A interpretação desse gênero ocorre somente por meio de texto verbal.

10. Pode-se inferir do texto II que as expressões "o coronavírus" e "a xenofobia" apresentam a seguinte relação semântica, de acordo com o contexto:

- a) comparação
- b) oposição
- c) tempo
- d) condição
- e) causa e efeito

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. Considerando a LODERJ, são órgãos julgadores de segundo grau:

- a) o Órgão Especial; as Subseções Especializadas; as Câmaras.
- b) o Órgão Especial; as Seções Especializadas em Dissídios Coletivos; as Câmaras.
- c) o Órgão Especial; as Seções Especializadas; as Câmaras.
- d) o Órgão Especial; as Turmas; as Câmaras.
- e) o Órgão Especial; a Seção Especializada em Execução; as Câmaras.

12. Em relação às Seções Especializadas e Câmaras, conforme a LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal de Justiça, por resolução do Tribunal Pleno, poderá criar, transformar ou extinguir Seções especializadas, definindo suas respectivas competências.
- b) O Tribunal de Justiça terá, no mínimo, trinta e cinco Câmaras com a principal atribuição de julgar os recursos interpostos contra as decisões dos órgãos julgadores de primeiro grau.
- c) O regimento interno do Tribunal de Justiça disporá sobre a denominação, a composição, a competência e a forma de funcionamento das Câmaras.
- d) Cada Câmara terá, no mínimo, 03 desembargadores.
- e) Os desembargadores que exercerem as funções de Gestor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça e de Presidente da Mútua dos Magistrados terão reduzida em 1/5 a distribuição de feitos nos respectivos órgãos julgadores.

13. Com base no texto da Lei n.º 4.620/2005, marque a alternativa correta, quanto à remuneração das carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro:

- a) Ao Analista Judiciário a que se refere o artigo 5º desta Lei, que desempenhar função de direção de serventia de primeira instância como titular, será atribuída gratificação de titularidade, no valor de 52% sobre a remuneração do padrão 12 da classe C, na respectiva carreira, a que fará jus enquanto permanecer no efetivo desempenho da função de direção da serventia, ressalvadas as situações constituídas sob a égide da Lei nº 2.400, de 17 de maio de 1995.
- b) Às carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro corresponderão as classes estabelecidas na tabela do Anexo I, designadas como A, B e C, divididas em padrões, sendo A a inicial e C a final.
- c) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a 25% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- d) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados que desempenhar função de direção da Central de Cumprimento de Mandados receberá gratificação pelo exercício desta função, no valor de 25% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- e) Fica designado o dia 1º de maio de cada ano para a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

- 14.** João, servidor público civil do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, exercendo seu direito de petição, apresentou requerimento à autoridade competente, o qual foi indeferido. Nessa situação, com base no Decreto nº 2.479/1979, João poderá:
- a) apresentar pedido de reconsideração à mesma autoridade, e, no caso de novo indeferimento, o pedido de reconsideração não poderá ser renovado, mas João poderá apresentar recurso hierárquico.
 - b) apresentar pedido de reconsideração à mesma autoridade, podendo renová-lo no caso de indeferimento.
 - c) apresentar recurso hierárquico, uma vez que esse caso não comporta a interposição de pedido de reconsideração.
 - d) interpor recurso de reconsideração, direcionado à autoridade superior àquela que indeferiu o primeiro pedido, mas o pedido não poderá ser renovado.
 - e) interpor recurso de reconsideração, direcionado à autoridade superior àquela que indeferiu o primeiro pedido, e o pedido poderá ser renovado uma única vez.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

- 15.** À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conceder licença aos Juízes de primeiro grau é competência do
- a) presidente do TJ
 - b) corregedor do TJ
 - c) tribunal pleno
 - d) órgão especial
 - e) conselho da magistratura
- 16.** À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cabe ao Órgão Especial
- a) Eleger o Corregedor-Geral de Justiça
 - b) Eleger 2 Desembargadores e 4 Juízes de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes

- c) Eleger sete Desembargadores, estranhos ao Órgão Especial, que devam integrar o Conselho da Magistratura
- d) indicar ao Presidente do Tribunal, em lista tríplice, nomes de Advogados ou membros do Ministério Público, para composição do quinto do Tribunal de Justiça;
- e) Elaborar lista tríplice de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.

17. De acordo com o Regimento Interno do TJRJ, o mandado de segurança impetrado, no TJRJ, contra ato do governador do Rio deve ser processado e julgado originariamente.

- a) pelo Órgão Especial
- b) pelo Conselho da Magistratura
- c) pelo Tribunal Pleno
- d) pelo presidente do TJ
- e) pela Câmara Cível.

18. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que indica o nome do instrumento utilizado para aplicar disposições ao caso concreto e instaurar procedimento disciplinar.

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Convocação
- e) Ordem de Serviço

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 estabelece que o processo de habilitação e reabilitação é um direito da pessoa com deficiência, objetivando o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) O processo de habilitação e reabilitação baseia-se em avaliação interdisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidade de cada pessoa.
- b) Uma das diretrizes desse direito é a prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, excetuada a zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).
- c) Os programas e serviços de habilitação e reabilitação devem ser abrangentes, respeitando uma padronização que permita sua adequação ao maior número de pessoas com deficiência, independentemente de suas características individuais.
- d) Nos programas e serviços de habilitação e reabilitação são garantidos, em alguns ambientes e serviços, a acessibilidade à pessoa com deficiência.
- e) Os serviços do SUS e do Suas deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Acerca de valores e virtudes, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A virtude representa o conjunto ideal de todas as qualidades essenciais que constituem o homem de bem. Esse homem de bem, portanto, seria o homem virtuoso.

- b) O valor é propriedade intrínseca dos objetos em si, reconhecida pelo homem como ser social.
- c) No campo ético, valores são objetos da escolha moral, surgindo como parte da noção humana de perfeição.
- d) O ser humano dá valor às coisas, distinguindo aspectos que podem chamar sua atenção e despertar necessidades
- e) Aristóteles considera que os impulsos humanos podem levar o indivíduo a extremos em termos de comportamento, e esses extremos representam o vício (o contrário da virtude).

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Quanto à responsabilidade civil por danos causados por seus agentes a terceiros, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A responsabilidade aquiliana sob a teoria objetiva alcança as fundações públicas, sejam de direito público ou privado.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e subjetiva, em relação a não-usuários do serviço.
- c) Nas situações em que houver violação de dever específico de proteção, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

22. A Lei 5.427/2009 prevê que, das decisões proferidas em processos administrativos e das decisões que adotem providências acauteladoras caberá recurso, o qual:

- a) depende do recolhimento de caução.
- b) deverá ser julgado, em regra, pela autoridade ou órgão que houver proferido a decisão recorrida.
- c) poderá suscitar a modificação da decisão pela própria autoridade que a houver proferido, no prazo de 5 dias úteis.
- d) possuirá efeito suspensivo, em regra.
- e) será conhecido em seu efeito devolutivo se interposto fora do prazo.

23. Considerando os ditames da Lei 8.666/1993, o Projeto Básico:

- a) pode ser desenvolvido pela própria empresa contratada para a execução da obra, após a conclusão da licitação.
- b) consiste no documento que permite a completa execução da obra.
- c) é condição indispensável para a licitação de obras e serviços.
- d) deve ser elaborado buscando soluções ambientalmente eficientes, embora dispense a consideração dos requisitos de segurança do trabalho.
- e) consiste no documento elaborado pela empresa contratada a fim de viabilizar a fiel execução do contrato celebrado.

24. A modalidade licitatória por meio da qual o poder público oportuniza a participação aos interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas no cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é denominada

- a) tomada de preços.
- b) concorrência.
- c) leilão.
- d) pregão.
- e) convite.

25. O Estado do Rio de Janeiro, por meio do seu Tribunal de Justiça, celebrou contrato administrativo para edificação de novo anexo, que deverá abrigar as varas especializadas em infância e juventude da capital. A empresa contratada, no entanto, paralisou a obra, sem justa causa ou prévia comunicação à Administração. Tal circunstância enseja:

- a) a rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito da Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.
- b) a aplicação de sanções, mas não a rescisão do contrato.
- c) a rescisão do contrato, desde que de comum acordo.
- d) a anulação do contrato.
- e) a rescisão judicial do contrato.

26. Quanto às características do controle judicial da administração pública, é correto afirmar que:

- a) independe de provocação.
- b) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas da União.
- c) examina os atos praticados quanto à aplicação de subvenções.
- d) em geral é realizado em caráter preventivo.
- e) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.

27. Assinale a alternativa abaixo que **não** apresenta característica geral da polícia administrativa:

- a) permite a imposição dos efeitos dos atos praticados unilateralmente ao particular.
- b) não se encontra adstrita às corporações militares.
- c) permite a convocação de testemunha para depor na delegacia de polícia.
- d) confere discricionariedade à atuação do gestor público.
- e) decorre do poder de império do Estado.

28. É característica dos atos praticados pela Administração a partir da qual seu conteúdo é imposto unilateralmente aos particulares, mesmo quando eivado de desconformidades com a lei:

- a) presunção de veracidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) imperatividade.
- d) tipicidade.
- e) onerosidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Josefa foi flagrada por uma autoridade policial ao tentar subtrair diversos itens em uma grande joalheria. Ciente da inevitabilidade de sua prisão, deixou-se algemar e, sem demonstrar qualquer tipo de resistência, foi levada para a delegacia mais próxima. O estudo da Constituição, aliado à interpretação da jurisprudência firmada pelo STF, permite concluir que, nessa situação:

- a) Caso Josefa possua filhos em idade de amamentação, sua prisão deverá ser imediatamente relaxada.
- b) Josefa não deverá ser submetida à identificação criminal, caso venha a apresentar documento hábil a comprovar sua identidade.
- c) A utilização das algemas apenas terá sido lícita caso a autoridade policial responsável tenha sido regularmente identificada.
- d) A prisão de Josefa deverá ser imediatamente comunicada à sua família e, dentro de 24 horas, ao juiz competente.
- e) Josefa deverá ser indenizada por erro judiciário podendo, também, impetrar mandado de segurança contra a ilegalidade cometida no ato de sua prisão.

30. Fortunato é português e, há 10 anos, conheceu sua atual esposa brasileira, Jolinda. Meses depois, mudou-se para o Brasil e inaugurou uma fábrica de doces portugueses, patenteando seu revolucionário sistema de produção de pasteis de Belém e a marca Pastel, Ora Pois!, conforme requisitos impostos pela legislação brasileira. Fortunato, que já se encontra

em idade avançada, pretende deixar todo o patrimônio aqui construído para Jolinda, quando vier a falecer. De acordo com o que dispõe a CF/88, é correto afirmar que:

- a) O uso do sistema de produção de pasteis de Belém pertencerá exclusivamente a Fortunato e, por ocasião e seu falecimento, será transmitido a Jolinda, pelo tempo que a lei estabelecer.
 - b) Após a morte de Fortunato, a propriedade da marca criada será transmitida a Jolinda, devendo a sucessão ser regulada pela lei portuguesa.
 - c) Fortunato é considerado brasileiro nato, por atender aos requisitos para gozar da condição de equiparado aos nacionais, devendo a sucessão patrimonial ser inteiramente regulada pela lei brasileira.
 - d) Fortunato tem assegurado apenas privilégio temporário na utilização do sistema de produção de doces por ele criado
 - e) A sucessão dos bens de Fortunato será, em regra, regulada pela lei portuguesa, exceto em relação aos bens situados no Brasil, que deverão se sujeitar às leis brasileiras.
31. Trício tomou posse no cargo de juiz estadual há um ano e meio e pretende integrar o Conselho Nacional de Justiça. Ao consultar um advogado constitucionalista especializado no tema em apreço, ele deverá obter a seguinte orientação:
- a) Na qualidade de possível membro do CNJ, Trício, no caso de cometimento de crime de responsabilidade, deverá ser julgado pelo STF.
 - b) Trício poderá compor o Conselho, desde que indicado pelo STJ.
 - c) Trício, caso seja indicado pelo STF, deverá ser nomeado pelo Presidente da República, mas não precisará se submeter à sabatina do Senado.
 - d) Caso Trício seja nomeado pelo Presidente da República para integrar o CNJ e, em seguida, venha a cometer crime comum, será julgado pelo Tribunal de Justiça de seu Estado.
 - e) Trício não poderá ser indicado pelo Tribunal de Justiça correspondente para compor o CNJ antes de adquirir vitaliciedade.

32. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira sobre o modelo Federado de Estado, adotado pelo Brasil:

- a) A proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado não será objeto de deliberação, o que não impede a alteração da distribuição de competências entre as ordens jurídicas parciais.
- b) Nosso modelo de federalismo dual, dotado de certa rigidez, é atenuado pela preponderância do ente central sobre os demais, convergindo para um sistema de integração nacional.
- c) No Brasil, as unidades federadas como um todo têm garantidas sua autonomia e sua representação nas duas Casas do Congresso Nacional.
- d) O processo de intervenção é previsto como instrumento de exceção, a ser utilizado em momentos de crise, quando a União fica autorizada a intervir nos Estados e Municípios brasileiros.
- e) Nossa Federação é marcada pela reunião de Estados soberanos que conservam sua autonomia e independência, embora devam se sujeitar à ordem jurídica suprema, representada pela Constituição.

33. Minalda e Jacinta ingressaram no serviço público no ano de 1986, mas não prestaram concurso. A primeira foi contratada como servidora, enquanto a segunda fora designada para exercer função de confiança, ambas no Tribunal de Justiça de seu Estado. Conforme o que determina a Constituição Federal, é possível afirmar que:

- a) Tanto Minalda quanto Jacinta deverão prestar concurso público, caso desejem investir-se em cargo público de provimento efetivo.
- b) Apenas Minalda poderá gozar da estabilidade prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88.
- c) Minalda e Jacinta são consideradas estáveis, por terem ingressado no serviço público em momento anterior à promulgação da atual Constituição.
- d) Minalda deverá submeter-se a processo seletivo simplificado, a fim de investir-se no cargo efetivo correspondente e adquirir estabilidade.

e) Jacinta e Minalda não têm direito à efetivação, mas adquiriram estabilidade após 3 anos de efetivo exercício, contados a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

34. Assinale a alternativa que encontra correspondência com os princípios e conceitos doutrinários em torno dos direitos sociais, elencados na Constituição Federal:

- a) Os direitos sociais são insuscetíveis de implementação pela via judicial, tendo em vista seu caráter coletivo e meramente programático, o que os incapacita à imposição de quaisquer deveres ao poder público.
- b) O princípio da vedação ao retrocesso não encontra aplicabilidade na atuação do Poder Constituinte Derivado, uma vez que os direitos sociais não foram expressamente contemplados no rol de matérias elencadas como cláusulas pétreas da Constituição.
- c) Os direitos de abstenção, ou de dimensão negativa, possuem uma efetividade maior, quando comparados àqueles que exigem prestações positivas por parte do Estado, uma vez que estes últimos se sujeitam a limitações de ordem financeira e orçamentária.
- d) A garantia do mínimo existencial tem o condão de afastar, por completo, os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, no contexto da realização das demandas sociais exigidas pela população.
- e) O princípio da dignidade da pessoa humana deve balizar a atuação do Poder Público, a qual poderá ser contestada pela via do mandado de injunção apenas quando se tratar de atos emanados do Poder Legislativo, no exercício de sua função tipicamente normativa.

35. Hortécio possui 36 anos de idade e há 5 anos exerce a profissão de advogado. Considerando sua notável reputação no meio jurídico, o Presidente da República decidiu nomeá-lo para exercer o cargo de Advogado-Geral da União. Conforme o que preleciona a Carta Constitucional, é possível concluir que:

- a) Hortécio não poderá ser nomeado pelo Presidente, já que não integra a carreira da Advocacia-Geral da União, além de não ter cumprido o requisito de 10 anos de atividade profissional, exigido pela CF/88.
- b) Hortécio poderá ser nomeado para o cargo desejado, quando deverá exercer as atribuições de representação judicial do Poder Executivo e de consultoria jurídica no âmbito dos três Poderes, em caráter de exclusividade.
- c) Caso a indicação de Hortécio seja aprovada pela maioria absoluta dos membros do Senado, ele passará a dispor de foro privilegiado perante o STF, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) Hortécio, na qualidade de advogado do Presidente da República, ostentaria a condição de Ministro de Estado e, portanto, restaria vinculado e subordinado ao Poder Executivo.
- e) A nomeação e a exoneração de Hortécio para o cargo de AGU poderão ser feitas a critério do Presidente, sem a necessidade de aprovação do Senado, mas o STF considera que as garantias da inamovibilidade e da independência funcional são incompatíveis com suas futuras atribuições.

36. Gilza é Governadora do Estado X e cometeu crime comum. Geleuza é Presidente da República e foi acusada de cometer crime de responsabilidade. De acordo com a Constituição da República,

- a) Gilza será processada e julgada pelo Tribunal de Justiça local, mas a Assembleia Legislativa poderá, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros, sustar o andamento da ação.
- b) Gilza não poderá ser responsabilizada, caso o crime não tenha sido cometido em razão do mandato.
- c) Ambas deverão ficar suspensas de suas funções pelo prazo de 180 dias, caso a acusação seja admitida pelo Poder Legislativo respectivo.

d) Geleuza submeter-se-á a julgamento perante o Senado Federal, desde que um terço dos membros da Câmara dos Deputados admita a acusação.

e) Gilza deverá ser julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, independentemente de autorização do poder Legislativo Estadual.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. O Código de Processo Civil estabelece o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição e, logo em seguida, permite a arbitragem. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) O referido princípio estabelece que não será excluída da apreciação jurisdicional qualquer lesão a direito. A ameaça, por sua vez, não está abarcada.
- b) A arbitragem é permitida, na forma da lei.
- c) O Estado promoverá, quando solicitado pelas partes, a solução consensual dos conflitos.
- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados apenas por juízes.
- e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, salvo no curso do processo judicial.

38. O Estado desempenha a função jurisdicional como forma de garantir segurança aos seus cidadãos. Sobre a jurisdição e a ação, pode-se afirmar:

- a) A jurisdição civil é exercida apenas pelos juízes e pelos tribunais competentes.
- b) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- c) Ninguém poderá pleitear, em hipótese alguma, direito alheio em nome próprio.
- d) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou inexistência de uma relação jurídica. O modo de ser da relação, por sua vez, deve ser estabelecido pelas partes por meio de contrato formal.

e) A ação meramente declaratória só será admitida enquanto não ocorrer a violação do direito. Havendo tal violação, deverá ser intentada ação condenatória.

39. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial. No entanto, existem possibilidades de modificação posterior da competência. Assinale a alternativa que não apresenta uma hipótese de modificação de competência:

- a) supressão de órgão judiciário.
- b) alteração de competência absoluta.
- c) alteração de competência relativa.
- d) conexão.
- e) continência.

40. A denúncia da lide é uma forma de intervenção de terceiros. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia da lide, assim como o chamamento ao processo, só pode ser requerida pelo réu.
- b) A denúncia da lide pode ser promovida por qualquer das partes, desde que haja a concordância da parte contrária.
- c) O Código de Processo Civil limitou a denúncia a uma única denúncia sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denúncia, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.
- d) Se a denúncia for feita pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, mas não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- e) Se o denunciante for vencido na ação principal, a denúncia da lide restará prejudicada e, assim, será extinta sem julgamento de mérito.

41. O impedimento é uma causa que veda o exercício de suas funções no processo. Sobre o tema, é correto que:

- a) O impedimento é matéria de ordem pública e, por isso, pode ser arguida por qualquer das partes e pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado, em qualquer fase do processo.
- b) Os motivos de impedimento e de suspeição apresentados no Código de Processo Civil dizem respeito ao juiz e, por este motivo, não são aplicáveis a membros do Ministério Público ou outros sujeitos do processo.
- c) Há impedimento do juiz no processo em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha, mas nada impede que ele atue quando conheceu o processo em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.
- d) O Código de Processo Civil permite que a parte crie fato superveniente visando caracterizar o impedimento do juiz.
- e) O incidente de impedimento do juiz sempre suspenderá o trâmite processual até o seu julgamento pelo relator.

42. O Código de Processo Civil não apresenta um conceito sobre os auxiliares da justiça, mas indica que são, entre outros, o escrivão, o chefe de secretaria, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador, o intérprete, o tradutor, o mediador e o conciliador judicial. Considerando o disposto no Código, assinale a alternativa correta:

- a) Cada juízo apresentará um único ofício de justiça, cujas atribuições serão determinadas pelas normas do Código de Processo Civil.
- b) Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comparecer às audiências, sendo vedada a sua substituição por outro servidor.
- c) O escrivão ou chefe de secretaria devem manter sob sua guarda e responsabilidade os autos, permitindo que saiam do cartório apenas com vista a procurador, à Defensoria Pública, ao Ministério Público ou à Fazenda Pública.

- d) A prática de atos meramente ordinatórios depende de despacho do juiz.
- e) O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça são responsáveis, civil e regressivamente, quando praticarem ato nulo com dolo ou culpa.

43. A prática eletrônica de atos processuais é uma importante ferramenta para garantir economia e celeridade processual. Nesse sentido, prevê o Código de Processo Civil que:

- a) Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei. No entanto, os atos notariais e de registro não permitem tal forma de prática.
- b) O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e confidencialidade, resguardando o acesso às partes e seus procuradores.
- c) Nos casos de problema técnico do sistema e de erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos, os prazos ficarão suspensos até deliberação por parte do magistrado.
- d) As unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes. A ausência de tais equipamentos, no entanto, não permite a prática de atos por meio não eletrônico.
- e) As unidades do Poder Judiciário assegurarão às pessoas com deficiência acessibilidade aos seus sítios na rede mundial de computadores, ao meio eletrônico de prática de atos judiciais, à comunicação eletrônica dos atos processuais e à assinatura eletrônica.

44. O depoimento pessoal é um meio de prova que pode ser requerido pela parte contrária visando o interrogatório na audiência de instrução e julgamento. Sobre tal espécie probatória, assinale a alternativa correta:

- a) Depoimento pessoal e interrogatório judicial são expressões sinônimas para designar o mesmo meio probatório.
- b) O juiz não pode determinar o depoimento pessoal de ofício.
- c) Não há qualquer consequência processual caso a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento, não compareça ou se recuse a depor.
- d) É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.
- e) A parte deverá responder sobre todos os fatos que tiver conhecimento, independentemente de seu conteúdo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O inquérito policial é procedimento dispensável ao ajuizamento da ação penal
- b) Estando solto o indiciado, o inquérito policial deverá se encerrar no prazo de até 30 dias, a contar do registro de ocorrência na delegacia de polícia
- c) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- d) Em se tratando de crime de sequestro ou cárcere privado, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos, sem necessidade de autorização judicial.
- e) Se um policial civil estiver sendo investigado pela prática de crime de homicídio tentado, em tese praticado no exercício da função, deverá ser citado para ciência da investigação e poderá nomear defensor.

46. No que tange à lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) O CPP é a norma primordialmente aplicável ao processo criminal que tramitar em território nacional, inclusive aos processos de competência da Justiça Militar.
- b) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior
- c) À norma processual mista (ou híbrida) aplicam-se as regras da lei processual penal no tempo
- d) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, devendo haver a ratificação dos atos realizados anteriormente
- e) Adota-se no Brasil o sistema da unidade processual no que tange à aplicação da lei penal no tempo

47. Maria foi vítima de um crime de ação penal privada, em tese praticado por José. Cinco meses após o fato, Maria ajuizou queixa-crime em desfavor de José. No curso do processo, Maria veio a óbito, deixando apenas uma neta, de nome Laura. Passados mais de 04 meses desde o óbito de Maria, ninguém compareceu em Juízo para prosseguir na ação.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz deverá:

- a) intimar o MP, para que assuma a titularidade da ação penal
- b) intimar Laura para que assuma a titularidade da ação penal
- c) determinar a suspensão do processo, até que algum legitimado se habilite para prosseguir na ação
- d) extinguir o processo, em razão da preempção
- e) extinguir o processo, em razão da decadência

48. Em determinado processo que tramita pelo rito do Júri, José foi pronunciado pela prática do crime de homicídio doloso qualificado consumado. Inconformado, José recorreu, alegando não haver indícios suficientes de autoria. Se o Tribunal der provimento ao recurso, pelo fundamento alegado por José, ocorrerá a:

- a) despronúncia
- b) impronúncia
- c) absolvição sumária
- d) absolvição sumária imprópria
- e) desclassificação

49. Em determinado inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do crime de furto simples, constatou-se a ocorrência da extinção da punibilidade pela prescrição. Nesse caso, conforme a legislação vigente e não suspensa pelo STF:

- a) Caberá ao MP promover pelo arquivamento do IP, que deverá ser homologado pelo Juízo competente, fazendo coisa julgada material
- b) Caberá ao MP realizar diretamente o arquivamento do IP
- c) A própria autoridade policial poderá realizar o arquivamento nesse caso
- d) Caberá ao MP promover pelo arquivamento do IP, que deverá ser homologado pelo Juízo competente, não fazendo coisa julgada material
- e) Eventual arquivamento do IP deverá de requerimento formulado pelo defensor do indiciado

50. Analise os casos abaixo:

José é réu em determinado processo criminal pelo crime de estupro, estando em local desconhecido, embora se saiba que reside atualmente na Itália; Luan é réu em determinado processo criminal que tramita na cidade de Volta Redonda-RJ, pelo crime de roubo simples, residindo atualmente em Niterói-RJ; Pedro é réu em processo criminal que tramita na cidade de Petrópolis-RJ, estando atualmente preso em Bangu I (Rio de Janeiro), embora o Juízo não tenha conhecimento deste fato.

Nesse caso, a citação de José, Luan e Pedro, respectivamente, deverá se dar:

- a) por carta rogatória; por edital; por edital
- b) por carta rogatória; por carta precatória; por edital
- c) por edital; por carta precatória; por edital
- d) por edital; por carta precatória; pessoalmente
- e) por edital; por carta precatória; por hora certa

51. Nos termos do CPP, é correto afirmar que, no procedimento comum pelo rito ordinário:

- a) Poderão ser inquiridas até 05 testemunhas arroladas pela acusação e 05 pela defesa, e nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas
- b) Poderão ser inquiridas até 05 testemunhas arroladas pela acusação e 05 pela defesa, já compreendidas as que não prestem compromisso e as referidas
- c) Poderão ser inquiridas até 08 testemunhas arroladas pela acusação e 08 pela defesa, e nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas
- d) Poderão ser inquiridas até 08 testemunhas arroladas pela acusação e 08 pela defesa, já compreendidas as que não prestem compromisso e as referidas
- e) Poderão ser inquiridas até 03 testemunhas pela acusação e 03 pela defesa

52. É correto afirmar que o Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando:

- a) O agente foi maior de 70 anos
- b) A agente for gestante, desde que a partir do sétimo mês, ou quando se tratar de gravidez de alto risco
- c) O agente for portador de doença grave
- d) A agente for mulher e possuir filho de até 14 anos de idade incompletos, desde que seja a única responsável pelos cuidados do filho
- e) O agente, homem, possuir filho de até 12 anos de idade incompletos, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho.

LEGISLAÇÃO

53. Considere

- I - telefone;
- II - fax;
- III - correio eletrônico;
- IV - via postal;
- V - mensageiro.

Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os serviços judiciários, inclusive os administrativos, comunicar-se-ão entre si e com terceiros por meio dos instrumentos indicados em

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Nenhum dos itens

54. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, A transmissão via fax de petições relativas a ações originárias de 1ª instância, no Foro Central da Comarca da Capital

- a) somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 11h e 18h, através dos telefones veiculados pelo DJERJ.
- b) somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 12h e 18h, através dos telefones veiculados pelo DJERJ.
- c) poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 11h e 18h, e nos dias sem expediente entre 13h e 17h.
- d) poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense, no horário compreendido entre 12h e 18h, e nos dias sem expediente entre 14h e 18h.
- e) poderá ser feita em qualquer dia e qualquer horário.

55. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome que se dá ao instrumento que estabelece comunicação exclusivamente externa, com agentes que não integram a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, podendo conter solicitações, recomendações ou informações

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração

e) Atestado

56. No cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão expedir determinados atos.

Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento para expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo é denominado

- a) parecer
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

57. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a função correicional que consiste na fiscalização excepcional, realizável a qualquer momento, podendo abranger todos os serviços judiciais da Comarca, ou apenas alguns é denominada

- a) Correição-Geral Ordinária
- b) Correição-Geral Extraordinária
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Visita Correicional

58. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração, no prazo de

- a) 20 dias
- b) 30 dias
- c) 15 dias
- d) 12 dias
- e) 8 dias

59. Segundo a consolidação normativa judicial, a quem compete apreciar os recursos interpostos contra as decisões dos Juízes de Direito que aplicarem penalidades disciplinares aos seus servidores.

- a) Juiz Diretor do Fórum
- b) Conselho da Magistratura
- c) Presidente do Tribunal de Justiça
- d) Corregedor-Geral de Justiça
- e) 1º Vice-Presidente do Tribunal

60. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, sendo o caso, no ato de interposição de recursos administrativo, a parte deverá comprovar o recolhimento do valor necessário ao processamento do mesmo, para as despesas de custeio.

A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de

- a) 5 dias
- b) 8 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias
- e) 30 dias

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-21-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE



Estratégia

Concursos